

**Artigo de Pesquisa****SOBRE GEOGRAFIAS, FEMINISMOS, MASCULINIDADES,  
HOMOEROTISMO E ALGUNS ELOGIOS RACISTAS****About geographies, feminism, masculinities, homoerotism and some racist compliments**Victor Dantas Siqueira Pequeno<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail. [victorpequenogeo@gmail.com](mailto:victorpequenogeo@gmail.com)

 : <https://orcid.org/0000-0003-3258-8171>

Recebido em 19/09/2023 e aceito em 06/11/2023

**RESUMO:** Neste artigo proponho uma discussão teórico-conceitual que articula Geografia, teorias feministas, teorias *queer* e experiências pessoais. Trata-se, pois, de um estudo qualitativo-exploratório fundamentado na revisão narrativa e na autonarrativa. A pergunta-guia consistiu em: Como e de que forma o meu corpo, a minha masculinidade e a minha negritude são interpretadas, significadas e desejadas por homens brancos gays em aplicativos de relacionamentos? Uma questão de ordem pessoal que ao mesmo tempo se apresenta como um sintoma e/ou patologia social da nossa cultura corpocêntrica, racista e misógina. Meu interesse para a análise e problematização de tal interrogação pela lente das Geografias feministas e das teorias *queer* foi o de exprimir os conteúdos espaciais e temporais que atuam no agenciamento de nossa corporeidade e no estabelecimento de nossas relações sociais e afetivo-sexuais. Defendo que a grafia mais transformativa para a realidade que nos acontece é aquela que emerge dos nossos sentidos e sentimentos.

**Palavras-chave:** Feminismos Negros; Geografias Feministas; Raça; Corpo; Sexualidade.

**ABSTRACT:** In this article I propose a theoretical-conceptual discussion that articulates Geography, feminist theories, queer theories and personal experiences. This is, therefore, a qualitative-exploratory study based on narrative review and self-narrative. The guiding question consisted of: How and in what way are my body, my masculinity and my blackness interpreted, signified and desired by white gay men on dating apps? A personal issue that at the same time presents itself as a symptom and/or social pathology of our body-centric, racist and misogynistic culture. My interest in the analysis and problematization of such an interrogation through the perspective of feminist geographies and queer theories was to express the spatial and temporal contents that operate when managing our corporealities and establishing our social and affective-sexual relationships. I defend that the most transformative approach to the reality that happens to us is the one that emerges from our senses and feelings.

**Keywords:** Black Feminism; Feminist Geographies; Race; Body; Sexuality.

**INTRODUÇÃO**

O presente manuscrito contempla os debates fomentados pelas Geografias feministas e das sexualidades.

Empresto o espaço de diálogo da Revista em questão para escrever, relatar e registrar meus afetos e desafetos afetivo-sexuais que se querem geográficos de algum modo. O pesquisador que lhes escreve assume a reflexividade enquanto sujeito que sente, experiencia, deseja, afeta (e é afetado) e desafeta (e é desafetado), e enquanto pesquisador que pensa e/ou reflete sobre o sentido, experienciado e o desejado afetivo-sexualmente. A saber, eu me reconheço como um homem negro, nordestino, *bicha* e periférico.

O presente texto dá continuidade ao percurso de reflexões e discussões derivadas, sobretudo, das experiências corpo a corpo, pele com pele, mas também de leituras e conversas com colegas e professores/as que se fazem presentes e acolhedores/as para os momentos em que solicito suas escutas. Escrevi, pois, sobre Geografias. No plural. Tanto em termos conceituais quanto práticos.

As perguntas-guias que orientaram a escrita deste manuscrito consistem em: Como o meu corpo, minha masculinidade, minha raça e regionalidade são significadas e desejadas por homens brancos *gays* de um cotidiano sulista? Quais os imaginários acionados quando da minha interação virtual com homens brancos *gays* no aplicativo *Grindr*? O que há de geográfico em tais experiências e interações?

Na tentativa de resposta(s) realizei um itinerário teórico por entre os feminismos da diferença, feminismos negros e teorias *queer*, e a partir destas, encaminhei-me nas Geografias feministas e das sexualidades. Conceitualmente, fundamentei-me nas chaves interpretativas da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) e imagens de controle (COLLINS, 2019) para a discussão das masculinidades (FURLONG, 2011; RATTS, 2011; COSTA, 2011; NUNES, 2019b), da branquitude (BENTO, 2022) e da dinâmica relacional corpo-espaço (McDOWELL, 2000; CAMPOS; SILVA; SILVA, 2019; OLIVEIRA, 2021; RAMOS; MILANI, 2022; OLIVA, 2022; PEQUENO, 2023a). No que se refere ao horizonte empírico, este foi problematizado a partir da prática da escrevivência (EVARISTO, 2020).

Ademais, por se tratar de uma escrita fundamentada nas epistemologias feministas, todas as autoras(es) citadas(os) diretamente foram acompanhadas, além dos seus sobrenomes, dos seus primeiros nomes, de suas nacionalidades e racialidades. Assumi tal postura de escrita para reforçar a ética de que *todo conhecimento é situado* num tempo e espaço específicos (HARAWY, 1995) e como gesto celebrativo do protagonismo feminino e negro na academia, nesta qual, muitas das vezes as pesquisadoras são invisibilizadas por um sobrenome herdado de um patriarca (avô, pai e/ou marido) que é reproduzido em seus escritos e lidos no masculino. Com isso denuncio também, juntamente com Carolina Simon (2021) e demais companheiras, o *feminicídio epistemológico* que as ciências (inclusive a Geografia) historicamente têm perpetuado.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo consiste numa pesquisa qualitativa-exploratória (GIL, 2002) fundamentada na pesquisa bibliográfica (levantamento de teses e dissertações), revisão narrativa (discussão de conceitos derivados das teorias feministas e a mobilização destes em pesquisas geográficas) e na autonarrativa (relatos de

experiências pessoais como horizonte empírico que responde as noções conceituais trazidas à baila ao longo das seções do manuscrito).

Tais procedimentos, por mais simples que pareçam, são frutos das rotinas semanais de leituras entre agosto e setembro de 2023. Leituras estas que foram necessitadas quando eu comecei a perceber o quanto os meus relacionamentos afetivo-sexuais e o cotidiano acadêmico (mais especificamente o Programa de Pós-Graduação do qual eu integro) estavam minando minha autoestima, com noites mal dormidas, choros silenciosos e minha persistência em todos os dias para ir à universidade *bater o ponto* nas aulas e no laboratório. Daí então a urgência de escrever sobre o que *eu vivi e tenho vivido* (EVARISTO, 2020). Situações e dores que nenhuma norma ABNT, currículo *Lattes*, periódico científico ou qualquer outro dispositivo normativo (inclusive a avaliação de terceiros) conseguirá pressupor, quantificar, qualificar e/ou compreender.

## DOS FEMINISMOS DAS DIFERENÇAS: INTERPRETAÇÕES DE UM GEÓGRAFO

Não há como falar e/ou escrever sobre feminismo utilizando o singular. Não há como falar e/ou escrever sobre feminismo utilizando a identidade de gênero “mulher” como universal. O que há são FEMINISMOS e MULHERES. Com este argumento me posiciono a favor e engajado com uma escrita feminista vinculada aos feminismos da diferença (OLIVEIRA, 1992), feminismos latinoamericanos (ALVAREZ, 1998; ANZALDÚA, 2000; GONZALEZ, 2020) e aos feminismos negros (CHRENSHAW, 2002; COLLINS, 2019; HOOKS<sup>1</sup>, 2020).

O que há em comum em todos estes é que foram derivados de processos de lutas e/ou disputas culturais, político-econômicas e científicas que emergiram do interior do feminismo igualitário. Este foi semeado por mulheres majoritariamente brancas, classe média-alta e residentes de países europeus e norte-americanos, em outras palavras, germinaram em terras brancas do norte global que estavam sob poderio de homens brancos participantes do mesmo cotidiano. Por conseguinte, as alternativas de transformação social e política ficaram restritas a este espaço. Reconhece-se como marco histórico desse movimento os anos 1960.

[...] O feminismo dos anos 60 reivindicava a igualdade entendida como o direito das mulheres de participar da vida pública em igualdade de condições com os homens. Cabia às mulheres, a certas mulheres, as “mais aptas”, as “mais competentes”, abrir caminho nesses espaços. Para tanto, essas mulheres tentaram convencer os homens de que a condição de mulher não era uma desvantagem insuperável: apesar de serem mulheres, elas poderiam corresponder às expectativas do mundo do trabalho e da vida pública (OLIVEIRA, 1992, p. 59).

Em meio a tal conjuntura político-econômica, as mulheres brancas daquela época não mediram esforços para reivindicarem suas demandas no que dizia respeito sobre a

---

<sup>1</sup> bell hooks é pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A escritora optou pela letra minúscula com o intuito de dar enfoque ao conteúdo da sua escrita e não à sua pessoa. Contudo, por solicitação da Revista GEONORTE, as menções feitas à autora estão de acordo com as normativas da ABNT.

atuação e/ou participação na esfera pública. Para tanto, foram arbitrárias ao incorporarem uma postura, um falar e um agir “masculinos” quando fora de casa (leia-se espaço público), e quando dentro de casa (leia-se espaço doméstico) retomavam as suas feminilidades.

As mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço público carregando consigo, escondidas, as raízes no espaço privado. Concorrência desleal para elas, mas assumida pelas mulheres com coragem. Procuravam assim corresponder ao novo perfil de mulher que emerge da agonia de um paradigma. Obedeciam a uma mensagem dupla e contraditória: “para ser respeitada pense, aja e trabalhe com um homem; mas para ser amada continue sendo mulher”. Seja homem e mulher (OLIVEIRA, 1992, p. 55).

Os efeitos dessa vida dupla, dessa experiência por demais ambígua, revelaram que não importava como e/ou o que essas mulheres fizessem e/ou agissem, o mundo público ainda continuava sendo propriedade dos homens. A dicotomia sexual ainda continuava sendo a régua que media as oportunidades de emancipação e autonomia dessas companheiras.

Dilaceradas por pertencerem, simultânea e conflituosamente, ao espaço privado, ao mundo do lar e da família, regido pelas emoções, pelos sentimentos e pela afetividade, e ao espaço público, ao mundo do trabalho regido pela agressividade, pela competitividade e pelo princípio do rendimento, as mulheres descobrem que o acesso às funções masculinas não basta para assentar a igualdade e que a igualdade, compreendida como integração unilateral no mundo dos homens, não é a liberdade (OLIVEIRA, 1992, p. 47).

Em razão de tais constatações o projeto de igualdade foi repensado. As companheiras dessa época aos poucos foram percebendo que ainda que fizessem a travessia pelo mundo dos homens, estes não fariam o mesmo para com àquelas, ou seja, não houve reconhecimento nem reciprocidade dos homens para com o projeto de igualdade (que mais se pautou na independência financeira) entre os sexos e/ou gêneros.

Cabe destacar que esse mal-entendido já havia sido discutido em momento anterior por Simone de Beauvoir (2018). Na ocasião, a filósofa francesa branca expôs as armadilhas quando da busca e/ou manutenção (na infância, adolescência, fase adulta) da feminilidade pelas mulheres que sedimentou um imaginário social tão eficaz com a criação e difusão do mito do *eterno feminino*:

Eu própria penso que não há mito mais irritante nem mais falso do que aquele (o) do eterno feminino que foi inventado, com a ajuda das mulheres, pelos homens, e que as descrevem como intuitivas, encantadoras, sensíveis. Os homens têm a capacidade de dar a estas palavras uma ressonância lisonjeira, de tal modo que muitas mulheres se deixam enganar por esta imagem [...] Mas o que o homem realmente quer dizer quando fala da sensibilidade da mulher é a sua falta de inteligência, a sua irresponsabilidade quando diz encanto, a sua traição quando diz capricho. Não nos deixemos enganar. É evidente que é apenas em documentos legais e em registros civis que os dois sexos aparecem como iguais. Até a palavra homem, em muitos

países, significa ao mesmo tempo o homem e a raça humana (BEAUVOIR, 2018, p. 54).

Para a desmistificação de tal imaginário, bem como a solução do mal-entendido da igualdade unilateral, as mulheres se depararam com uma tarefa por demais desafiadora e solitária: ressignificação e revalorização do feminino e das feminilidades. Assim, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelos debates e mobilizações dessas mulheres na elaboração de uma política e um pensamento feminista que viria a ser nomeado como “feminismo da diferença”.

No fim dos anos 80 as mulheres começam a defender a igualdade, não em nome de sua capacidade de se assemelharem aos homens, mas sobretudo em nome de seu direito de diferirem deles. O feminismo da diferença, desdobramento do feminismo da igualdade, introduz um questionamento mais radical, traz a promessa de uma contribuição sócio-cultural “inédita e subversiva” (OLIVEIRA, 1992, p. 73 ([Grifos da autora])).

O objetivo foi o de germinar uma cultura feminina. Feminizar o mundo sem incorrer em colonialismos e sexismos para com as subjetividades das mulheres. Para tanto, foi preciso construir um vocabulário e um estatuto simbólico-linguístico que sustentasse tal cultura e que contemplasse as diferenças no polo da positividade, da paridade e não mais da negativa e da hierarquia. Nestes termos: “[...] Improvisa[ra]m-se, então, palavras como “interconexão”, “alteridade”, “transpessoalidade”, que exprimiram um estar no mundo - com outro e entre outros - próprio às mulheres” (OLIVEIRA, 1992, p. 103).

Esta mudança de foco e objetivos para com uma política feminista da diferença trouxe à baila as experiências daquelas companheiras que em momentos passados foram seduzidas pelo mito do eterno feminino e pelo desejo da igualdade unilateral. Neste sentido, a jornalista brasileira branca Rosiska Oliveira (1992) verificou:

[...] exatamente porque fizemos a travessia do mundo dos homens, porque conhecemos suas normas e seus valores, estamos melhor situadas para revalorizar *nosso* mundo, *nossos* valores, não para nos refugiarmos neles, mas para repensar sua contribuição para um novo desenho da convivência entre os sexos e, por extensão, para um novo perfil civilizatório (OLIVEIRA, 1992, p. 106 [Grifos da autora])).

Isso posto, concordo com a autora quando da sua aposta numa ruptura epistemológica que seja operada tanto por mulheres quanto por homens e que seja capaz de florescer uma sociedade em que experiências femininas e masculinas, espaços femininos e masculinos, ainda que diferentes, sejam recíprocos.

Para pensar seu futuro, as mulheres [e homens] devem operar uma ruptura epistemológica, oferecendo-se uma liberdade de pensamento que será benéfica a todos, homens inclusive. Antes de mais nada, é preciso resistir à tirania do conceito da definição, que não deixa espaço para as imprecisões do real. Falar de “territórios do feminino” refere-se a algo que é incerto, impossível de circunscrever e de ser provado. A imprecisão terminológica talvez ajude a sublinhar a flexibilidade de fronteiras e a própria busca de

novas palavras para dizer o que se sente (OLIVEIRA, 1992, p. 107 [Grifos da autora]).

Ao meu ver, já presenciamos esta ruptura epistemológica. Meu argumento se dá em razão dos registros das experiências e dos esforços das mulheres negras que, aliadas entre si, articularam e pavimentaram um novo percurso para um outro pensamento, uma outra ética e uma outra política feministas, derivadas e constituintes de uma mesma célula: os feminismos negros.

## DOS FEMINISMOS NEGROS: AFETAÇÕES DE UM GEÓGRAFO

Enquanto que no feminismo da diferença o verbo enfatizado é o de feminizar, nos feminismos negros, o verbo consiste em interseccionalizar. Isto porque, foram as companheiras negras ativistas, escritoras, poetisas, cientistas, mães, esposas, trabalhadoras, ex-escravizadas e afrodescendentes que despiram os feminismos de seus etnocentrismos, universalismos, classismos e sobretudo, dos seus racismos sutis. Juntas e ao mesmo tempo longes em cada cotidiano, estas companheiras nos legaram um pensamento feminista negro (COLLINS, 2019) e afrocentrado (GONZALEZ, 2020), uma escrita feminista negra (EVARISTO, 2020) e decolonial (ANZALDÚA, 2000) que tornaram visíveis e audíveis as mulheridades e/ou feminilidades racializadas (HOOKS, 2023).

Primeiramente, gostaria de destacar como e porque eu me tornei um leitor de feminismos negros, de como eduquei (e sigo educando-me) o meu vocabulário e a minha escrita a partir de princípios e/ou éticas feministas antirracistas.

Estive em Cuba durante o segundo semestre de 2022 para realizar uma mobilidade acadêmica em razão da minha pesquisa de iniciação científica. Foi vivendo em Cuba que me reconheci enquanto um homem negro. Racializado. Um corpo mestiço. Retornei para o Brasil em dezembro de 2022. Em março de 2023 ingressei na Pós-Graduação em Geografia. Um outro estado. Na região Sul. Mais uma vez me dei conta da minha corporeidade negra. Contudo, diferentemente de Cuba, não foi um reconhecimento que implicou em autoestima e empoderamento. Me reconheci negro na região Sul do Brasil, porque aqui, de onde escrevo, ser negro(a) significa que *you* (eu, nós) está sempre sendo observado/a de baixo para cima, ser negro(a) significa que *you* (eu, nós) não tem (temos) sobrenome alemão ou italiano, logo, *you* (eu, nós) é (somos) somente brasileiro(a). Ou, no meu caso, negro, brasileiro e nordestino.

E foi *aqui*, neste cotidiano sulista, que a necessidade de ler/estudar/pesquisar/escrever sobre raça, negritude e racismo veio à tona. Desde então é isso que eu tenho feito. Amparado, nesta ocasião temático-epistemológica, em companheiras como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Cida Bento, bell hooks, Kimberlé Crenshaw e Patricia Hills Collins.

Fiz essa breve digressão para argumentar o seguinte: escolhi educar-me e letrar-me nos feminismos negros como meio de me defender dentro e fora da academia. Para me auto-representar diante de familiares, amigas(os), parceiros sexuais. Para expor e denunciar injustiças, preconceitos, violências para comigo ou camaradas negras/os. Para reivindicar espaços, lugares, direitos e falas. Ao fazer tudo isso estou evidenciando a potência dos feminismos negros enquanto movimento, pensamento e

teoria social.

Diferente de outras correntes feministas (TAVARES; MAGALHÃES, 2015; LISBOA, 2023), os feminismos negros trouxeram consigo ferramentas político-científicas que possibilitaram a um só tempo, descortinar as opressões racistas, sexistas e patriarcais para com as mulheres negras (principalmente), homens negros e demais grupos subalternizados (indígenas, população LGBTI+, entre outras).

Isso porque quando as mulheres negras se dirigiram às mulheres brancas em busca de acolhimento e escuta para com suas reivindicações originadas das dores da opressão racial e sexista (por parte inclusive dos homens negros que priorizavam seus atos antirracistas para contestar o sistema político-econômica racista, enquanto que mantinham seus privilégios na estrutura sexista), o que encontraram foram mulheres brancas que reproduziam a ideologia racista e reduziam suas ações entre si mesmas, deixando *as outras* de fora (haja vista a universalização e generalização de experiências femininas em torno da categoria mulher). Meu argumento está fundamentado nos registros históricos que foram (também) discutidos pela intelectual negra estadunidense Bell Hooks (2023) ao ter verificado na historiografia do movimento de mulheres estadunidenses do século XIX alguns equívocos como:

[...] Na contemporaneidade, há uma tendência geral de equalizar abolicionismo e repúdio ao racismo. Na verdade, a maioria dos abolicionistas brancos, homens e mulheres, apesar de veementes em seu processo antiescravista, eram totalmente contrários à ideia de garantir igualdade social às pessoas negras [...] (HOOKS, 2023, p. 201).

Sendo assim, é preciso reconsiderar a narrativa sobre os movimentos abolicionistas em termos de participação das mulheres brancas, haja vista que:

[...] Quando mulheres brancas reformistas, nos anos 1830, escolheram trabalhar para libertar os escravizados, elas estavam motivadas por sentimentos religiosos. Atacaram a escravidão, não o racismo. A base do ataque era a reforma moral [...] Ainda que tenham apoiado fortemente o fim da escravidão, elas nunca apoiaram uma mudança na hierarquia racial que proporcionava à sua casta ser mais elevada do que a de mulheres ou homens negros [...] (HOOKS, 2023, p. 202).

A intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez (2020) em seus estudos também denunciou as recusas das mulheres brancas diante das demandas das mulheres negras. A autora recorreu à teoria do psicanalista francês branco Jacques Lacan, especificamente duas chaves conceituais elaboradas pelo mesmo, saber: *infans* e *sujeito suposto saber*. Sobre a primeira, a autora interpreta-a da seguinte forma:

[...] O conceito de *infans* é constituído a partir da análise da formação psíquica da criança, que, quando falada por adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, ausente, apesar de sua presença. Esse discurso é então reproduzido e ela fala de si mesma na terceira pessoa (até o momento em que aprende a mudar pronomes pessoais). Do mesmo modo, nós, mulheres e não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao

nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história [...] (GONZALEZ, 2020, p. 219).

Quanto a noção de *sujeito suposto saber*, escreveu que: “A categoria de sujeito suposto saber se refere a identificações imaginárias com determinadas figuras, às quais é atribuído um conhecimento que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor etc.) [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 219). Ou seja, a mulher branca estaria autorizada para falar de opressão por todas as mulheres (negras, indígenas, lésbicas, transgêneros, etc) pelo fato de serem (e saberem que são) mulheres.

Tais processos de subordinação e aprisionamento das mulheres negras em uma matriz simbólico-cultural racista e sexista demoraram muito para serem reconhecidos pelas feministas brancas. As mulheres negras, então, se anteciparam e elaboraram uma outra agenda feminista a partir da conjugação de uma teoria e/ou pensamento social que derivaram de suas experiências marcadas não somente pela opressão de gênero, mas, principalmente, os efeitos de suas racialidades que potencializavam àquela. Dentre os avanços teórico-conceituais garantidos por tais mulheres, destaco a chave conceitual *interseccionalidade* (CRENSHAW, 2002), esta que redirecionou os estudos de gênero e de raça ao ter conseguido esmiuçar que as opressões para com a mulher negra não são efeitos apenas da sua identidade de gênero.

[...] A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar estruturas e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições relativas de mulheres [e homens], raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos e ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

As abordagens interseccionais têm sido difundidas em diferentes disciplinas para tratar de questões e/ou fenômenos derivados das relações de gênero, experiências sexuais e conflitos étnico-raciais que compõem todo o quadro referencial de mundo, ou seja, a realidade que nos acontece. A saber, na ciência geográfica as abordagens interseccionais têm sido fomentadas nas Geografias Feministas e das Sexualidades para tratar de assuntos como violência e opressões de gênero em espaços públicos e privados (LINDO; PEREIRA, 2023), a maternidade (PRZYBYSZ; SILVA, 2017; OLIVEIRA, 2021), divisão sexual do trabalho e relações de poder no campo científico (SILVA; SOUZA, 2022), práticas de saúde/cuidado (ALVES; PEDROSO; GUIMARÃES, 2019), territorialidades e experiências de grupos dissidentes sexuais e/ou de gênero (PEQUENO, 2023b), entre outras. Para a ocasião deste manuscrito, me ative a estas últimas.

## **MASCULINIDADES, INTERPRETAÇÕES FEMINISTAS-QUEER E DISCUSSÕES NA GEOGRAFIA**

Juntamente com as discussões encaminhadas pelas feministas negras, companheiras estas que reivindicaram a des-ocidentalização e des-universalização da categoria mulher, e a inauguração de chaves conceituais como interseccionalidade (CRENSHAW, 2002), imagens de controle (COLLINS, 2019) e afrocentrismo (GONZALEZ, 2020), as contribuições teóricas do filósofo francês branco Michel Foucault (2008; 2015) e da filósofa estadunidense branca Judith Butler (2003; 2006), intelectuais que elaboraram seus pensamentos nas filosofias pós-estruturalistas, fomentaram debates e análises consistentes que redefiniram as masculinidades como fenômeno de análise nos estudos de gênero e sexualidades, rompendo assim com o pensamento fundado na oposição unilateral entre homens e mulheres.

Estas rupturas e avanços nas epistemologias feministas para com as masculinidades, bem como a participação de homens na elaboração de estudos sobre gênero e sexualidades foram tomadas como objeto de análise pela geógrafa-feminista brasileira branca Joseli Silva, e os geógrafos brasileiros brancos Marcio Ornat e Alides Chimin Junior (2011), parceria que resultou na criação e publicação do livro “Espaço, Gênero e Masculinidades Plurais”. Utilizo este como marco de renovação teórico-metodológica e temática na Geografia brasileira no que tange os estudos de gênero e sexualidades, e no qual me fundamento para discutir as masculinidades nas pesquisas geográficas, bem como minhas experiências enquanto sujeito-pesquisador interessado em escrever e contribuir para com o debate.

No capítulo em que se inicia o livro, intitulado “Espaços e múltiplas masculinidades: um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro”, Joseli Silva e Ornat (2011) refletiram sobre as influências e repercussões das obras de Foucault e Judith Butler e dos feminismos negros nas Geografias feministas e das sexualidades que passaram a considerar as masculinidades como fenômeno socioespacial.

[...] a partir da aceitação das ideias foucaultianas de poder e a conseqüente superação da concepção de poder unilinear que organiza dois polos oposicionais entre dominantes e dominados, foi possível imaginar múltiplas possibilidades de feixes de poder entre o feminino e o masculino e entre diferentes grupos de mulheres entre si, bem como entre os possíveis vários grupos de homens. Sendo assim, era impossível manter uma única posição dominante a partir do padrão hegemônico masculino, sem que houvesse resistências e fissuras desse poder, passíveis de subversão (SILVA; ORNAT, 2011, p. 31).

Ainda no horizonte dessa revalorização e redefinição das masculinidades e a inserção destas estudos gênero em Geografia, enfatizaram que, ao reconhecermos as masculinidades como fenômeno sociocultural e objeto de análise por uma ótica feminista-*queer* estaríamos também acolhendo as masculinidades que são vividas e/ou performadas por mulheres, uma vez que, assim como a sexualidade, a feminilidade e masculinidade não são efeitos e/ou determinadas pela genitália (SILVA; ORNAT, 2011).

Importante frisar que o debate das masculinidades enquanto experiências de vida e fenômenos socioespaciais tanto nas epistemologias feministas e teorias *queer*, quanto nas Geografias feministas e das sexualidades foi eivado também pelo debate sobre a

aceitação e/ou recusa da presença de homens na elaboração de estudos sobre gênero e sexualidades.

Segundo Joseli Silva e Marcio Ornat (2011), as intelectuais feministas mais ortodoxas recusaram (e seguem recusando) a consideração dessa ampliação de sujeitos fomentadores de conhecimentos feministas, enquanto que as feministas vinculadas com as proposições pós-estruturalistas, desconstrucionistas, descoloniais e *queer* consideram os homens (brancos, negros, transgêneros) enquanto companheiros de luta, engajados e comprometidos em refletir tanto sobre as relações assimétricas entre gênero-classe-raça, quanto os seus próprios privilégios em arenas públicas, como por exemplo, na academia, esta que até hoje segue sendo orientada pela divisão sexual de trabalho que coloca mulheres cientistas brancas e negras abaixo de homens cientistas brancos e negros.

As leituras interseccionais foram de suma importância neste processo de revalorização e redefinição das masculinidades que passaram a ser consideradas como diversas e suscetíveis às subordinações e opressões de gênero, bem como as mulheres.

As expressões contraditórias do poder entre homens a partir de interações de classe, orientação sexual, etnicidade e outros fatores revelam a relação entre sociedade e vivência concreta individual dos homens. O trabalho genérico da sociedade se individualiza, portanto, nas formas de interação e nas vivências individuais. No fazer-se homem, a sociedade brutaliza os sujeitos da mesma forma como o sistema social lhes atribui o poder. Assim, a ordem de gênero, instituída não oprime apenas as mulheres, mas também os homens, que, para manterem o poder como homens, oprimem tanto as mulheres como outros homens, e inclusive a si mesmos (SILVA; ORNAT, 2011, p. 33-34).

São justamente estas experiências interseccionais sofridas por homens racializados, periféricos e dissidentes sexuais (eu) que acabam fazendo com que busquem formas e/ou alternativas em redes de empoderamento, reconhecimento e ativismo político-cultural e/ou científico. Assim, quando homens se mostram interessados em refletir sobre suas experiências de vida a partir de fundamentos feministas e antirracistas, a escuta atenta deve ser praticada:

São várias as razões de aproximação de homens dos movimentos feministas e dos cientistas sociais das teorias de gênero. Alguns homens apontam a indignação que sentem frente à desigualdade que sofrem as mulheres. Outros revelam um sentimento de injustiça sofrida nas mãos de outros homens, como a opressão por orientação sexual. Há aqueles que apontam um sentimento de culpabilidade dos privilégios que têm consciência de desfrutar como homens, e outros, ainda, apontam o horror frente à capacidade de violência dos homens [...] (SILVA; ORNAT, 2011, p. 34).

O letramento feminista e antirracista iniciado por homens geógrafos que se reconhecem em alguns dos eixos interseccionais (gênero-raça-classe, gênero-raça-sexualidade, gênero-raça-classe-sexualidade, etc.) têm mostrado o quanto as Geografias feministas e das sexualidades podem ser (também) criativas, originais e

engajadas social, cultural e politicamente ao serem elaboradas por mãos, vozes, mentes, desejos e corpos masculinos.

Nota-se a presença de companheiros que têm colocado em evidência questões e/ou fenômenos que aos poucos vêm redefinindo a agenda de pesquisa geográfica bem como os campos geógrafos já consolidados. Gostaria de mencionar alguns. Na Geografia Escolar, as pesquisas de Faria (2018), Oliveira Neto (2019), Moreira (2020), Reis (2020), Mello (2021), Freitas (2021) e outros mais, dão tonalidades outras às práticas docentes e valorizam experiências de vida e conhecimentos geográficos que antes eram tidos como marginais. Na Geografia da Saúde, Braga (2020) e Pedroso (2022) trazem à tona as feminilidades plurais corporificadas por mulheres cisgênero, transgênero, travestis, soropositivas, prostitutas, heterossexuais, lésbicas e tantas outras experiências. Na Geografia Urbana, os corajosos a profanar a mesma foram Nunes (2019b), Almeida (2019), Ferreira (2022) e outros. Na Geografia Rural, o trabalho de Fileto (2020) mostrou que o campo pode sim se transformar em espaço de empoderamento para grupos LGBTI+.

Alguns destes companheiros foram orientados por outros geógrafos que construíram sua trajetória intelectual aliada com as Geografias feministas e das sexualidades, e que também fizeram parte do livro mencionado anteriormente, me refiro ao geógrafo brasileiro negro Alecsandro Ratts e o geógrafo brasileiro branco Benhur Costa. Além destes, a obra supracitada contou com a participação do pesquisador britânico branco Anthony Furlong. Dedico a seção seguinte para dialogar com o mesmo.

## **QUEM EU SOU? UMA BARBIE OU UMA BICHA PINTOSA?**

O título desta seção diz respeito ao texto de Furlong (2011) intitulado “Tolerância das performances de raça e classe na zona sul entre homens queer do Rio de Janeiro”, em qual o pesquisador se dedicou ao estudo das dinâmicas relacionais e interseccionais (gênero, raça, sexualidade e classe) entre homens gays que participam do cotidiano carioca, mais especificamente, a Zona Sul.

O objetivo foi o de compreender os efeitos de poder, constrangimento, chacota, interdições, preconceitos e violências que são manifestados na interação entre homens *gays* brancos de classe média-alta que performam a masculinidade hegemônica valorizada pela cultura heterossexista e misógina (para os quais o autor utiliza o termo “barbies”) e homens *gays* negros e pobres que contestam a norma hegemônica de expressão de gênero ao performarem masculinidades efeminadas (para os quais o autor utiliza o termo “bicha pintosa”).

[...] a ideia da Zona Sul do Rio como um espaço tolerante às performances identitárias *queer* constrói paradoxos entre verdades e mentiras sobre a área no que diz respeito às suas experiências [...] A (in)tolerância das identidades queer na Zona Sul se intersecta com as identidades de raça e classe e contribui para manter esta área da cidade como o ambiente do gay classe média alta, branco, masculino, em contraposição ao gay classe baixa, não branco e efeminado (FURLONG, 2011, p. 228).

A saber, as performances masculinizadas e efeminadas dos homens homossexuais apresentadas no texto, foram reunidas pelo pesquisador numa mesma categoria, qual seja, “homens *queer*”. Particularmente considero-a problemática uma vez que o termo *queer* foi elaborado pelas teorias desconstrucionistas e pós-estruturalistas como uma experiência, postura, posicionamento político e uma chave interpretativa que recusa qualquer associação com binarismos e polarizações unilaterais (homem x mulher; hétero x homo; cisgênero x transgênero; masculinidade x feminilidade) (BUTLER, 2003; PRECIADO, 2011). Assim, exposta minha ressalva, me atendo somente aos marcadores *barbie* e *bicha pintosa*. Sobre o primeiro, o autor argumentou que:

[...] Frequentemente, o termo “barbie” foi utilizado pelos homens *queer* para expressar comportamentos masculinos exagerados. O termo tem origem na boneca plástica americana e é usado para referir os homens queer que praticam esportes, malham e tomam esteróides para aumentar a musculatura corporal [...] (FURLONG, 2011, p. 234).

Outrossim, o termo *gay* também de origem estadunidense foi incorporado (e apropriado) no cotidiano brasileiro e demais países por homens homossexuais em razão da politização do termo que passou a compor as políticas públicas para pessoas dissidentes sexuais bem como a categoria política destas (haja vista a criação e variações da siglas GLS, LGBT, LGBTIA+, LGBTQIAPN+, debate que merece ser aprofundado em futuros estudos).

Quanto a noção de *bicha pintosa*, Furlong elucidou que:

A expressão “bicha/gay pintosa” ou “bichinha”, ao contrário, está associada aos homens gays que se comportam de forma estereotipadamente feminina [...] O termo “pintosa” acrescenta o fato de ser “desmunhecado”. As bichas pintosas são, de várias formas, a antítese do “barbie”, já que são homens, geralmente magros, que não malham e nem tomam esteroides para obter um físico musculoso idealizado [...] (FURLONG, 2011, p. 234 [Grifos do autor]).

As diferenças entre os marcadores de tais expressões de gênero e sexualidade não se encerram na estética, gestos e anatomia corporal, há no termo *bicha pintosa* uma inscrição de classe e cor, quais sejam: pobre e negra (FURLONG, 2011). Estas polarizações de masculinidade x feminilidade, ricos x pobres, brancos x negros, observadas pelo o autor em tais cotidianos homoeróticos, complexificam a hierarquização dos corpos e dos desejos a partir de outra polarização: beleza x feiura.

[...] Frequentemente, as falas sobre beleza corporal remetem aos homens que têm corpos brancos, musculosos e fortes, como o estereótipo “barbie”. Já os corpos negros, fracos e magros são descritos como feios, pouco atraentes e não compatíveis com o padrão de beleza da Zona Sul [...] (FURLONG, 2011, p. 237).

Os efeitos da experiência interseccional da *bicha pintosa* foram analisados pelo autor através dos sistemas discursivos e simbólicos (quando o autor discutiu sobre os olhares desaprovadores dirigidos as bichas pintosas relatados pelos participantes), escrutínio e violências verbais (quando os participantes da pesquisa relataram

situações de chacota sofridas pelas *barbies*) e violências físicas (quando o pesquisador discutiu sobre uma outra identidade, a do *pitbull*, agenciada por homens héteros racistas, classistas, misóginos e homofóbicos) as quais àquela está condicionada a enfrentar.

Engana-se, contudo, quem pensa que a *bicha pintosa* vive somente na condição de vítima, vulnerável, passiva. Pelo contrário, a *bicha pintosa* é por demais subversiva e desobediente quando da criação de táticas de resistência, movimentos de auto-representação e contestação, redes de acolhimento e lealdade com outras *bichas pintosas* para o enfrentamento de tais constrangimentos e interdições espaciais, conforme evidenciado pelo pesquisador supracitado:

Participantes que foram críticos à “barbie” fizeram comentários que sugerem resistência ao comportamento regulador que se coloca dentro e fora da comunidade queer da Zona Sul [...] Outros participantes mostraram comportamentos que contestaram ainda mais as normas ligadas ao gênero e sexualidade na Zona Sul, como vários entrevistados que afirmaram que eles usam roupas “femininas” ou “pintosas”, sem a preocupação com os olhares ou agressões homofóbicas, físicas ou verbais [...] (FURLONG, 2011, p. 254).

Em suas considerações sobre a importância de se estudar masculinidades homoeróticas a partir dos eixos interseccionais sem incorrer em narrativas por demais universalizantes, polarizadas e insuficientes para com a complexidade corpo-espacial, Furlong (2011) defendeu que:

[...] é importante evidenciar as clivagens da pseudo-homogeneidade entre homens *queer*, que são diferenciados também por características de raça e classe. Essas considerações trazem avanços capazes de superar as generalizações simplistas dos espaços *gay-friendly* e potencializam uma análise interrogante sobre os privilégios de renda e raça que estruturam de forma complexa tais espaços (FURLONG, 2011, p. 258).

(Pausa)

Fui e continuo sendo uma *bicha pintosa*. Isso porque em todas as fases (infância, adolescência e adulta desde então) da minha experiência de vida, meus gestos, minhas performances e meu corpo sempre foram capturados, interpretados, significados e enunciados *antes de mim*. Antes do meu dizer. Vivo desde sempre a condição de *infan* que Lélia Gonzalez (2020) verificou nas experiências de mulheres negras. No meu caso, enquanto homem negro e *bicha*. Sou a terceira pessoa que ganha vida e valor no discurso de uma *barbie* que diz a outra *barbie* algo como “*Apesar de magro, e um pouco efeminado, ele é pauzudo e fode muito bem*”; “*Eu sei ontem com um nordestino pauzudo*”. Sou a terceira pessoa que ganha vida e valor no discurso de uma *barbie* quando ela me cumprimenta num aplicativo de relacionamento e pegação com “*Adoro um homem um negro*”, ou ainda, quando depois de transarmos a *barbie* diz “*Que homem negro/moreno lindo!*”.

Às vezes interpele tais discursos. Às vezes, aceito tais “elogios” por respeito a mim mesmo em saber que por mais que eu explique o quanto isso me incomoda e me fere, serei interpretado como uma *bicha afetada*. Então, retribuo-os com um falso sorriso.

E não nos vemos mais. Um encontro por uma transa. E às vezes, eu registro tais situações nos meus diários, reflito sobre, leio sobre, questiono sobre e escrevo sobre, como é o caso deste manuscrito.

Minha vontade e atitude com este tipo de escrita (EVARISTO, 2020) não é somente a de politizar meus afetos (HOOKS, 2020) e contar minha própria verdade (BUTLER, 2015), mas de não compactuar com o *ethos* social que historicamente fomos ensinados a reproduzir. Isso porque nós do terceiro mundo (especialmente o Brasil por toda sua formação socioeconômica e cultural) não falamos sobre corpo, não conhecemos nosso corpo. Pelo contrário, sexualizamos e objetificamos os corpos, inclusive os nossos. Nós fomos ensinados/as a não falar sobre sexo, prazer sexual, mas sim a fazer sexo, a reproduzir a espécie. Os efeitos de tais processos edificaram uma sociedade racista, misógina, pedófila e por demais corpocêntrica.

É por isso, pois, que escrevo e geografo a *partir de e com* meu corpo. Esforço-me para enxergar e inscrever Geografias em mim, na minha carne, no meu caráter, e como no caso deste manuscrito, nas minhas relações afetivo-sexuais.

## **ESCRITAS DE UM CORPO ESTRANGEIRO OU DE QUANDO O MEU CORPO É IMAGINADO PELAS BARBIES**

Escrevo porque, às vezes, não basta falar. E mesmo que eu fale, ninguém me ouve. Por isso escrevo. Me sinto solitário, com raiva e escrevo em razão disso. Para não gritar, prefiro escrever. O mesmo grito que sai em sílabas, frases, nomes. Escrevo porque tenho vontade. Escrevo por necessidade. Escrevo porque dói, e justamente por doer, escrevo para curar. Escrevo porque sim e para dizer não. Escrevo porque quero contar minha história. Escrevo para que não escrevam por mim.

O ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia. É a busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres [e homens] de cor somos levadas a pensar como “outro” — o escuro, o feminino. Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito freqüentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas às outras. E em espirais que se alargam, nunca retornamos para os mesmos lugares de infância onde o exílio aconteceu, primeiro nas nossas famílias, com nossas mães, com nossos pais. A escrita é uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também nos protege, nos dá um distanciamento, nos ajuda a sobreviver (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Sou estrangeiro de mim mesmo? Afirmativo, sou estrangeiro de mim mesmo. Sou estrangeiro do meu corpo quando falam sobre o meu corpo, quando “elogiam” meu corpo, quando repreendem o meu corpo. Não somente o corpo. Mas o falar, o andar, o vestir. Sou estrangeiro aos olhos do homem branco e do homem negro quando recuso a masculinidade partilhada por ambos. Nessas recusas, eu me forço a agir e a um devir estrangeiro. Em outras ocasiões, eu me percebo tentando anular minha estrangeiridade para então me tornar nativo para àqueles. Não dura muito.

A internalização da masculinidade branca pelos homens negros como tentativa de ser reconhecido como pessoa, como homem, como digno de valor, comparece, por vezes, em comportamentos violentos para com aqueles do seu povo que questionam e se deslocam desse padrão héteronormativo [...] Esse masculinismo negro é tóxico, tanto para os homens negros héterossexuais quanto mais para as mulheres e LGBTQs negros que, não bastasse sofrer as limitações e violências produzidas no seio da sociedade supremacista branca em que vivemos, sofrem também por parte de algumas pessoas do seu próprio povo com quem partilham opressões de raça, mas com quem não é possível contar e/ou confiar plenamente, porque a diferença de gênero e de orientação sexual faz com que o homem negro hétero, as vezes, se sinta numa posição superior em relação à mulher e aos LGBTQs e, dessa posição, reproduza violências que sofre enquanto um copro negro no mundo sobre os corpos negros que trazem outras marcas memorizadas além da negritude (VEIGA, 2018, p. 81).

Na minha família. Em Estância-SE. Na sala de aula da universidade. Em Mato Grosso do Sul. Em outra sala de aula de uma outra universidade. No Rio Grande do Sul. Entre as quatro paredes do quarto da minha kitinete quando *você* vem ao meu encontro. Ou entre as quatro paredes do quarto do *seu* apartamento quando *eu* vou ao seu encontro. Ou quando *nós dois* estamos entre as quatro paredes de um quarto de motel. Às vezes *nós três*. Mudam-se os espaços, os lugares. (E no fim, eu não pertencem a nenhum?) Mudam os rostos, os corpos. Mas eu sempre permaneço ali. A espera da *sua* pergunta e da *sua* autorização para eu poder *falar de mim*, da minha estranheiridade. De novo e de novo. Mas, nunca repetitivo. Sempre algo novo. Um elogio, uma curiosidade, uma pergunta.

Sendo os diversos dispositivos midiáticos um dos principais vetores de produção do desejo e estando a bixa preta numa condição de rejeição dentro desses dispositivos, o lugar que lhe é relegado na economia do desejo é um não lugar. Ser vista como exótica e ser constantemente fetichizada pelas bichas brancas são marcações desse não-lugar. Há uma redução da sua humanidade, da sua integridade como pessoa, que inclui sua personalidade, sua história, seus desejos, seu modo de ver e de estar no mundo a uma dimensão apenas corporal. O não-lugar da bixa preta na economia do desejo é o lugar de um corpo, por vezes, animalizado, em que a fantasia em torno do tamanho do pênis e de sua performance sexual preenche o imaginário das bichas brancas, deixando pouco espaço para que a bixa preta possa entrar na economia do desejo como sujeito que tem um corpo e não apenas como corpo (VEIGA, 2018, p. 84-85).

Às vezes, acontece virtualmente. Com frequência eu diria. Para qualquer *barbie* e *bicha pintosa* que usa *Hornet*, *Grindr*, *Scruff*, *Tinder* e dentre outros aplicativos de relacionamento afetivo-sexuais. De um lado, estamos *nós*, as *bichas pintosas*, pobres, pretas. Do outro, *elas*, as *barbies* masculinas, classe média, brancas (Não que não exista bicha pintosa classe média ou branca, contudo, as exceções não podem ser usadas como argumento, neste momento). Como se fosse um campo de batalha (ou seria um caça?). Evidencia-se assim: “Os aplicativos virtuais são territórios, instituídos pelas relações sociais e representações dos sujeitos, os limites destes podem ser

negociados (coletivamente) ou impostos (individualmente) [...]” (NUNES, 2019a, p. 4).

Territórios criados e vividos por corpos que sentem prazer e corpos que servem para dar prazer. Os primeiros correspondem as *barbies*, os segundos, as bichas pintosas, ou, no meu caso, a bicha preta. Para mais, no agenciamento de cada corporeidade, as primeiras, teriam e/ou pertenceriam a um lugar. As segundas, por terem sido capturadas pelo imaginário das *barbies*, encontram-se deslugarizadas (TAVARES; OLIVEIRA, 2022).

A estrutura imagética do homem negro que povoa o imaginário de alguns homens gays parte do princípio que ele sempre será: viril, másculo, sexualmente inesgotável, forte e “bem dotado” (no que diz respeito ao tamanho do seu pênis). Essas características dispensam quaisquer outras como: afetividade, cultura, educação, dentre outras. Em suma, o homem negro é percebido como um objeto sexual ou um escravo sexual para cumprir o papel de satisfazer os desejos daqueles que o procuram (SOARES, 2021, p. 79).

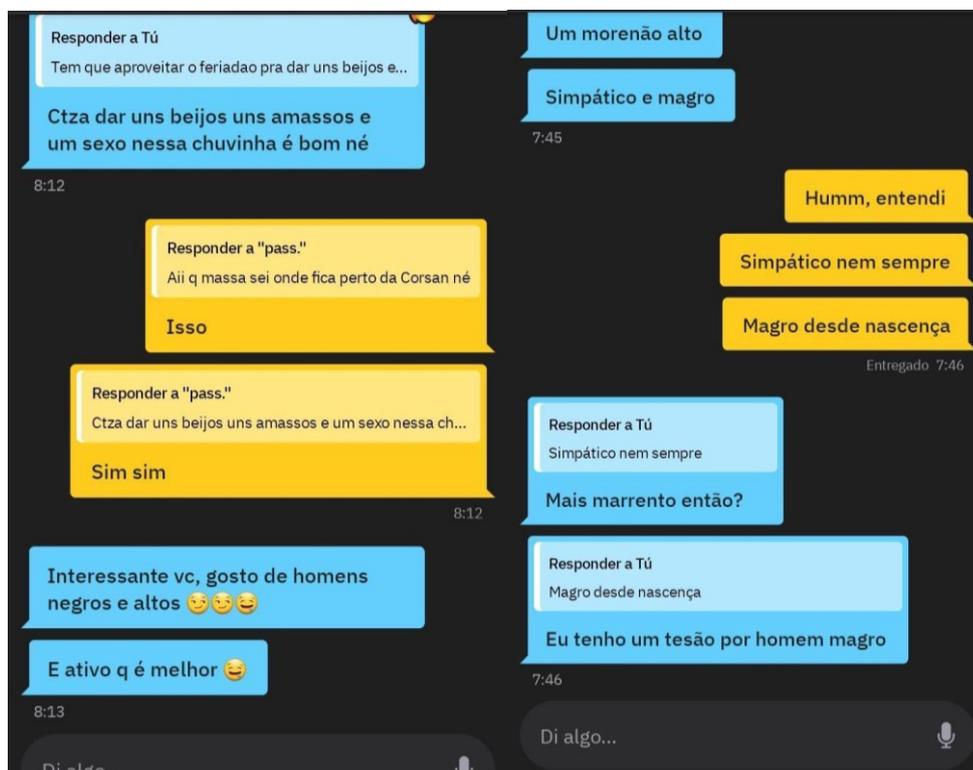
Poderia contar as vezes de quando tudo isso ocorreu. E que continua a ocorrer. Poderia até mesmo mostrar para você. Acho que é importante. Dar forma. Expor. Descrever. Aproximar você do meu corpo estrangeiro.



**Figuras 1.** Eu tenho cara de pauzudo? **Fonte:** Arquivo pessoal (2023).

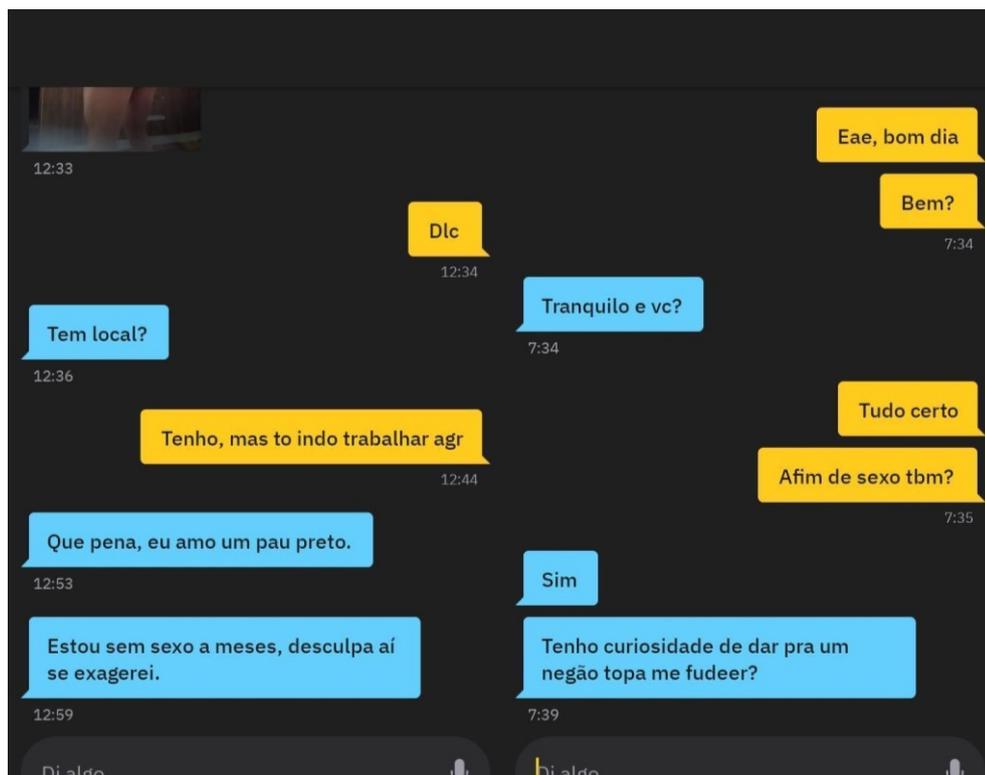
Observe bem as duas imagens (Figura 1). Em ambas o meu corpo (*magrinho*) e o formato/tamanho (*pauzudo, pauzão*) do meu pênis são especulados pelo meu perfil do aplicativo (*vi na foto tu parece...*) e pela minha aparência (*tu tem cara...*). Ambos

que escreveram tais “elogios” são homens brancos. Pergunto-lhe pois: Qual referente do meu corpo eles usaram para fazer tais especulações e suposições acerca do meu pênis? Adianto-me na resposta: a minha cor. Todo homem negro/preto é um potencial homem dotado e viril.



**Figuras 2.** Negro ou moreno? **Fonte:** Arquivo pessoal (2023).

Um corpo de um homem negro está condicionado a sofrer distintas violências dependendo do grau de sua tonalidade de pele. Um homem negro pardo como eu, evidentemente, possui uma maior passabilidade na sociedade do que um homem preto retinto. Ambos fazemos parte da escória racial, todavia, os olhares, as suspeitas e as interdições serão diferentes conosco. No caso das Figuras 2, a minha racialidade é interpretada de duas formas: negra e morena. Ambos elogios deixam explícito a fetichização e sexualização que a sociedade atribui a corpos negros. Contudo, algumas pessoas tentam suavizar e/ou mascarar isso com certos “elogios” e/ou “preferências” como nos enunciados a mostra nas imagens: “...gosto de homens negros e altos”; “*Eu tenho um tesão por homem magro*”. O segundo foi mais sincero em expor que de fato, o meu corpo atende aos desejos sexuais dele.



**Figuras 3.** À disposição das *barbies* carentes e curiosas. **Fonte:** Arquivo pessoal (2023).

Estou sempre disposto a encontros casuais e/ou duradouros. O que significa que gosto de sexo e de afeto. Moralismos não fazem parte do meu repertório ético e do meu caráter. O que não significa que eu não cometa algum deslize. Dito isso, as duas imagens (Figura 3) tratam de situações parecidas em quais eu tomei a iniciativa de propor um encontro casual. A devolutiva em ambas propostas me fizeram recusar o encontro com os dois rapazes. O exagero do primeiro, que na verdade foi um “elogio” racista e objetificação do meu corpo, ao ter dito “...*eu amo um preto*” reduz minha experiência de vida a minha genitália e ao prazer que ela pode proporcionar a ele. Quanto ao segundo, a fetichização do corpo negro inscrita na sociedade brasileira e de demais países do sul global colonizados pela Europa, é explícita no enunciado “*Tenho curiosidade de dar pra um negão...*”. O homem branco diante do selvagem, do exótico, do desconhecido: o corpo e a sexualidade de um homem negro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber e cultivar uma autoestima e autenticidade homossexual fundamentada em masculinidades antirracistas e antihomofóbicas é um exercício bastante difícil para nós homens do terceiro mundo que fomos capturados e domesticados pela cultura branca, racista, cristã, heterossexista e misógina. Mas, não é impossível.

Os efeitos do racismo não só minam as possibilidades de viver, agir, criar, amar e de se relacionar das *bichas pintosas*, mas de todas as *bichas* (também dos homens heterossexuais). O que quero dizer é que a dita masculinidade tóxica não é exercida apenas por homens heterossexuais e nem somente por homens brancos.

Infelizmente, muitos homens negros, hétero e/ou homossexuais, perpetuam tal postura por demais doentia e nociva aos relacionamentos afetivo-sexuais e sociais.

Um mundo em que homens exercem masculinidades por demais violentas com as feminilidades e consigo mesmos é o mundo que a Geografia há décadas vem tentando transformar. Em que as cidades são criadas *por* e *para* homens, enquanto que mulheres, crianças, idosos/as, pessoas LGBTI+, são interditados/as e constrangidos/as a participar da construção daquelas. Mundo qual a renda/riqueza está concentrada nas mãos de homens empresários e/ou latifundiários em razão da concentração da propriedade privada da terra, dos meios de produção, dos recursos. Um mundo em que as mudanças climáticas são derivadas, sobretudo, pelo consumo desenfreado e a exploração em massa de recursos naturais e humanos de homens ricos do norte. Onde as taxas de feminicídios e homicídios da população negra, indígena e pessoas LGBTI+ são resultados das políticas de morte elaboradas por homens brancos, misóginos, racistas e homofóbicos.

Por tudo isso defendo, pois, que ao discutir tais processos e/ou fenômenos na ciência geográfica devemos levar em consideração as raízes do poder econômico, político, religioso e científico que historicamente estiveram sob domínio das mentes, dos corpos e ações de homens educados e socializados a partir de um *ethos* masculinista narcísico e psicopático.

Finalmente, gostaria de sublinhar que a hierarquização dos corpos e dos desejos não somente afetam os homens negros. Homens gordos, PCD, indígenas, homens de origem asiática, homens idosos também são estigmatizados, fetichizados, rejeitados e vulneráveis a distintas violências. A estes homens também lhes são negados espaços, políticas públicas, afetos e representatividade. Destaco aqui o trabalho do companheiro Diego Nunes (2019b) que tem atuado com pesquisas que buscam justamente compreender como os homens *gays* gordos significam suas corporeidades e experiências homoafetivas com outros homens *gays* utilizando a netnografia como procedimento analítico.

Há muito que se pesquisar, debater e estudar em Geografia no que diz respeito às masculinidades. Pesquisas que conjuguem não somente as corporeidades mencionadas, mas também contemplem diferentes abordagens metodológicas (pesquisa-ação, etnografia, pesquisa autobiográfica, netnografia, etc). Assim sendo, convido os companheiros geógrafos iniciantes ou experientes (em termos de carreira acadêmica), especialmente aqueles que se reconhecem como homossexuais, bissexuais e/ou transgêneros para contribuírem nesse movimento coletivo que consiste em semear conhecimentos geográficos corporificados que derivam de vontades e desejos. Que são inscritos e sentidos na pele. Que nos causam arrepios e fazem suar nossas mãos. Que provocam o gaguejar e até mesmo nos fazem lacrimejar de emoção e realização pessoal. Utilizemos os nossos corpos para grafar o mundo!

## CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

**Concepção:** Victor Dantas Siqueira Pequeno. **Metodologia:** Victor Dantas Siqueira Pequeno. **Análise formal:** Victor Dantas Siqueira Pequeno. **Recursos:** Victor Dantas

Siqueira Pequeno. **Preparação de dados:** Victor Dantas Siqueira Pequeno. **Escrita do artigo:** Victor Dantas Siqueira Pequeno. **Revisão:** Victor Dantas Siqueira Pequeno.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 271. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.
- ALVAREZ, S. E. Feminismos Latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- ALVES, N. C.; PEDROSO, M. F.; GUIMARÃES, R. B. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 9-24, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6435>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- BEAUVOIR, S. de. Feminilidade: uma armadilha. Tradução: Alcina Fernandes. In: BAPTISTA, M. M. (Org.). **Gênero e Performance: Textos Essenciais 1**. Coimbra: Grácio Editor, 2018, p. 53-60.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 3 ed. Tradução: Valério Romão. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRAGA, R. de O. B. **Espaço e as práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná**. 436f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, J. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Traducción: Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CAMPOS, M. P. de; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 37-50, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6401>. Acesso em: 7 jul. 2023.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, B. P. Geografias, masculinidades e homoerotismo: teorias, práticas e posicionalidades da pesquisa. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 329-356.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 26 mai. 2023.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência**: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, p. 27-45, 2020.

FARIA, R. P. do N. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de Geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás**. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2018.

FERREIRA, M. S. **De dia é João e de noite é Maria**: o espaço geográfico lido a partir do corpo das drags queens. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2022.

FILETO, V. N. **Colorindo a luta pela terra**: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2020.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FREITAS, E. L. **Territorialidades LGBTQIA+ na educação básica**: a oficina geográfica de gênero e sexualidades como ferramenta de luta e resistência. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2021.

FURLONG, A. Tolerância das performances de raça e classe na Zona Sul entre homens queer do Rio de Janeiro. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 225-260.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 5 ago. 2023.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvi Libanio. 14 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e Feminismo. Tradução: Bhuvi Libaneo. 12 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

LINDO, P. V. de F.; PEREIRA, S. Geografias feministas e interseccionalidade como metodologias para ler e estar no mundo: investigando mulheres torcedoras de futebol e machismo. **GEOFRONTER**, v. 9, n. 1, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7717>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LISBOA, C. Feminismos múltiplos: um vir-a-ser de possibilidades. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 14, n. 27, p. 131-156. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/pet/article/view/4277>. Acesso em: 1 set. 2023.

McDOWELL, L. **Género, identidad y lugar**: Un estudio de las geografías feministas. Traducción: Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MELLO, T. A. de. **Corpos que não importam**: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia. 100f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, 2021.

MOREIRA, C. A. G. **Geografias Queer & Currículo**: Por uma Geografia fora do armário! 209f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, 2020.

NUNES, D. M. On-line/Off-line: relação corpo, espaço e masculinidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no App Tinder no município de Rio Grande - RS. **RELA Cult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, p. 1-14, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1233/0>. Acesso em: 19 ago. 2023.

NUNES, D. M. **A produção de masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande/RS**. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 2019b.

OLIVA, V. F. Do corpo-espaço ao corpo-território: O que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 17, p. 165-187, 2022. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/52313](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/52313). Acesso em: 19 ago. 2023.

OLIVEIRA, A. L. de. Corpo, espacialidade e maternidade: trilhas para uma Geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 217-243, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12472>. Acesso em: 20 mai. 2023.

OLIVEIRA NETO, I. S. de. **Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de Geografia em escolas de educação básica**. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2019.

OLIVEIRA, R. D. de. **Elogio da Diferença: o feminino emergente**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

PEDROSO, M. F. **Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP**. 360f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2022.

PEQUENO, V. D. S. Corpo: uma categoria útil para a Geografia? **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 3, n. 5, p. 18-41, 2023a. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/2003>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PEQUENO, V. D. S. Quase 30 anos de Geografias Prostitutas! **GEOFRONTER**, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2023b. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7642>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa - PR. **GeoUSP - Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 570-585, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/117719>. Acesso em: 20 mai. 2023.

RAMOS, E. C. M.; MILANI, P. H. O corpo fora de lugar: de uma Geografia dos indivíduos para uma Geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/51617>. Acesso em: 19 ago. 2023.

RATTS, A. Negritude, masculinidade, homoerotismo e espacialidade em James Baldwin: uma leitura brasileira. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 261-290.

REIS, E. A. **Sexualidade, gênero e diversidade no contexto de formação inicial de professores na Universidade Federal do Tocantins**. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Porto Nacional, 2020.

SILVA, C. C. L. da; SOUZA, L. F. de. Geografia e a Perspectiva Interseccional de Gênero e Raça: Corporeidade e Espaços que Produzem o Campo Científico. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 13, n. 1, p. 125-148, 2022.

Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/19782>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Espaço e múltiplas masculinidades: um desafio para o conhecimento científico geográfico brasileiro. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 23-54.

SOARES, M. C. Pensando a consciência coletiva de homens gays: um ensaio para decolonizar o corpo negro. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8, n. 16, p. 77-90, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/11672>. Acesso em: 23 ago. 2023.

TAVARES, A. L. B.; OLIVEIRA, A. L. de. De deslugarizada à endiabrada: discursos pessoais, políticos e poéticos acerca da preta-bixisse. **Revista Continentes (UFRRJ)**, vol. 11, n. 21, p. 182-200. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/349>. Acesso em: 6 jul. 2023.

TAVARES, M.; MAGALHÃES, M. J. Correntes do Feminismo e reconfiguração nos tempos atuais. In: FERREIRA, E., et. al. (Orgs). **Percursos Feministas: Desafiar os tempos**. Lisboa: UMAR/Universidade Feminista, 2015, p. 92-117.

VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>. Acesso em: 3 ago. 2023.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0